

Pacote: mais receita e menos despesas

Medidas serão baixadas por medida provisória para entrarem logo em vigor

• BRASÍLIA. O Governo prepara um pacote de medidas na área fiscal para aumentar a arrecadação tributária e cortar os gastos públicos. O objetivo é compensar o aumento das despesas com os juros da dívida interna decorrente da puxada nas taxas de juros. Uma das alternativas é elevar o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, através da redução das deduções a que as empresas têm direito. As medidas serão baixadas através de medida provisória, para que possam entrar em vigor imediatamente. No caso do IR, passaria a vigorar a partir do ano que vem.

Segundo cálculos do economista Raul Velloso, os juros altos vão aumentar os gastos reais com a dívida em pelos menos R\$ 3,2 bilhões no ano que vem. O pressuposto, considerado até otimista por alguns economistas, é de que haverá um aumento de dois pontos percentuais nas taxas anuais de juros. Para fazer frente aos gastos adicionais será necessário elevar de forma significativa o su-

perávit primário nas contas públicas em 98. A meta inicial da equipe econômica era de um superávit primário de 1,5% do PIB para o próximo ano. Agora, a idéia é elevar para 2% a 2,5% do PIB.

O governo concluiu que será praticamente impossível conseguir atingir a nova meta apenas cortando gastos. Isto porque o Orçamento do ano que vem está muito apertado. Só para se ter uma idéia, apesar de ser um ano eleitoral, onde normalmente as despesas aumentam, os investimentos ficaram bem apenas R\$ 8,4 bilhões, menos do que o total previsto para este ano. Diante disto, o governo estuda aumentar os impostos de forma a melhorar a arrecadação.

O pacote de medidas deverá incluir também o fechamento de empresas estatais deficitárias e a demissão de funcionários públicos não-estáveis. Desde o ano passado, o governo já vinha extinguindo autarquias, como a Cem (Central de Medicamentos), o

Inan (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), Lloyd, Siderama, entre outros. Agora, a idéia é acelerar este processo, de forma a economizar gastos.

A preocupação do governo faz sentido. O próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan, admitiu ontem que a queda nas taxas de juros não será "tão rápida", pois ainda há risco de nova turbulência no mercado internacional. Ao fazer uma palestra no 11 (décimo-primeiro) Congresso Brasileiro de Cooperativismo, o ministro sequer descartou a possibilidade de o Governo aumentar novamente as taxas de juros, caso seja necessário. Ao cenário sombrio pintado por Malan se opôs o anúncio feito pelo ministro do Planejamento, Antonio Kandir, de que em dez dias o Governo terá definido novas medidas de estímulo às exportações.

— Estamos sujeitos sempre a mais turbulência ao longo das próximas semanas, meses e anos. É um risco inerente a um sistema movido por um misto de ambi-

ção, medo e ignorância — afirmou ao ministro, ressaltando, no entanto, que o mercado, com seu sistema próprio de estabilização, funciona assim há 250 anos.

Chamando a terça-feira da semana passada de "a terrível terça de 28 de outubro, quando o Governo vendeu parte significativa de suas reservas", o ministro foi lacônico quando perguntado se havia chances de um novo aumento nas taxas de juros:

— Este é um mundo perigoso, um mundo sujeito a instabilidades. Ninguém pode prever as peripécias da História. Mas nós podemos responder a elas — disse ele.

Segundo Malan, a queda das taxas de juros dependerá da aprovação das reformas no Congresso, do ajuste fiscal e da estabilização do mercado internacional, "até a próxima turbulência". Em sua palestra, o ministro afirmou que o aumento das taxas de juros foi a resposta emergencial adequada à crise das bolsas de valores. ■